



Fatores Influentes nos Honorários de Auditoria nas Organizações Financeiras

Sabrina Cordazzo

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

E-mail: cordazzo.sabrina@gmail.com

Fábio José Diel

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

E-mail: f_diel@unochapeco.edu.br

Elisandra Henn Diel

Celer Faculdades (CELER)

E-mail: hennelisandra@hotmail.com

Resumo

O estudo tem como objetivo identificar os fatores que influenciam os honorários de auditoria em organizações financeiras. A auditoria externa é considerada um mecanismo primordial para o funcionamento do mercado financeiro. Para atender ao objetivo, realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem quanti/qualitativa. O universo pesquisado é composto de 109 organizações financeiras, contudo para fim de amostra, foram utilizadas 30 organizações financeiras, com dados extraídos do banco de dados Economática® e Formulário de Referência da BM&F Bovespa, analisadas por meios de testes de regressão linear e correlação das variáveis. Os resultados apontam que o fator que influencia nos honorários de auditoria nas organizações financeiras é o valor de mercado, os demais não são capazes de explicarem sozinhos este fenômeno. Os resultados ainda demonstram que a Rentabilidade do Ativo (ROA), possui uma relação significativa negativa com os honorários de auditoria e que, mesmo tratando-se de um grupo seletivo e do mesmo segmento econômico, as organizações financeiras estão bem distintas umas das outras em aspectos financeiros, sendo que algumas estão em ascensão econômica enquanto outras em declínio financeiro.

Palavras-chave: Organizações Financeiras; Auditoria; Honorários.

Linha Temática: Outros temas relevantes em contabilidade

1 Introdução

A ascensão de um controle efetivo nas finanças empresariais faz com que mudanças ocorram em todo o cenário político e social, com isso há uma contínua gestão no qual o foco é em adequar-se as normas e assim buscar a estabilidade econômica e social (Manbrini, Beuren & Colauto (2002). Com isso, a atuação com auditores, em especial os auditores independentes, é vista como essencial para o bom funcionamento dos mercados financeiros e de capitais, uma vez que as operações e instrumentos financeiros ficam mais complexos a cada dia, deste modo, considerando que ao emitir o parecer sobre as informações contábeis e financeiras da companhia, o auditor contribui para com o ambiente em questão com confiabilidade e credibilidade. (Ito, Niyama & Menden, 2008; Dantas & Medeiros, 2015).



Neste contexto, segundo Santana, Bezerra, Teixeira e Cunha (2014), os principais problemas encontrados nas organizações são a assimetria informacional e o conflito de interesse, levando os auditores a atuarem como intermediários entre gestores e stakeholders, intervindo assim nas informações apresentadas. Já para Rosa, Guzzo, Borba e Borget (2014), com as crises e escândalos, houve uma desestabilização da credibilidade das informações divulgadas pelas organizações e a sociedade bem como a governança começou a ponderar sobre essas informações e os métodos pelo qual elas eram elaboradas e divulgadas, com isso, a segurança de uma auditoria eficaz mediante a complexidade do cenário representa confiabilidade e fidedignidade novamente as informações das companhias.

No setor financeiro, as organizações financeiras operam de forma essencial no desenvolvimento econômico, tendo o potencial de alavancar ou promover o declínio das operações de expansão das organizações econômicas, contribuindo para o seu crescimento e consolidação dentro do mercado (Carneiro, Salgado Junior & Macoris, 2016).

A responsabilidade quanto à prevenção de falhas no sistema bancário bem como a preocupação quanto às informações auditadas, em decorrência da complexidade e o avanço das normas contábeis e dos instrumentos financeiros incide diretamente nos auditores independentes, com o qual a ligação direta que é apresentada é com o propósito de assegurar o processo de disseminação da informação financeira, essencial para o funcionamento do sistema bancário (Dantas & Medeiros, 2015). Nessa mesma linha de raciocínio, Dantas e Medeiros (2015, p.2) preconizam que “há uma relação objetiva entre a missão dos auditores de assegurar a confiabilidade das informações e a estabilidade no sistema bancário, dadas as suas importantes repercussões na economia nacional”.

Assim, por meio do aprimoramento da governança, busco-se melhorar a qualidade dos relatórios financeiros e a valorização da informação contábil, fica cada vez mais árduo o trabalho da auditoria, pois o seu trabalho “tem valor na medida em que os investidores e o mercado crêem que o auditor seja independente e que, por conseguinte, reportará distorções relevantes constatadas na empresa auditada” (Castro, Peleias & Silva, 2015, p. 262). Dessa forma, com o cenário econômico que vem se estabelecendo, fica cada vez mais difícil para o auditor estabelecer um valor de honorário justo para prestação do seu serviço, tendo em vista todas as dificuldades e riscos que a ele são pertinentes e ainda compensar os potenciais efeitos adversos que possam a vir ocorrer. Diante disso, têm-se como problema Quais os fatores que influenciam nos honorários de auditoria externa em organizações financeiras listadas na BM&FBovespa?

A relevância deste estudo dar-se-á pela importância do serviço prestado pela auditoria, especialmente nas instituições financeiras, bem como pelo escasso conteúdo e pesquisa neste setor econômico. Em consonância com pesquisas realizadas anteriormente, porém em organizações não financeiras, no qual apontam que fatores como o tamanho da empresa auditada, nível de governança corporativa, auditoria das Big Four, influenciam na formação dos honorários de auditoria, os resultados obtidos perante a análise de variáveis semelhantes acima citados, tem resultados bem interessantes quando o setor econômico é o das instituições financeiras.



2 Revisão de Literatura

No capítulo de revisão de literatura são abordados os tópicos sobre auditoria externa, honorários de auditores externos acompanhando consigo a importância e aspectos pelo qual são definidos seus valores, organizações financeiras, sendo este o setor econômico foco do estudo e fechando assim com estudos anteriores, similares ao tema em questão.

2.1 Auditoria Externa

A fiscalização do desempenho e a assecuração da responsabilidade da gestão são essenciais para governança corporativa, sendo a auditoria assim importante ferramenta para a manutenção desse processo (Castro et al. 2015). Inerente ao seu objetivo, a auditoria externa garante a credibilidade, confiabilidade e exatidão dos atos e fatos patrimoniais, protegendo a organização de fraudes e operações impróprias com padrões pré-estabelecidos.

Visando o equilíbrio econômico e beneficiando-se das oportunidades que o mercado emana, a auditoria tem por essência promover uma visão de presente e futuro, capazes de um controle adequado e poderoso sob a construção de consolidação dos processos organizacionais da empresa perante o mercado, aperfeiçoando a comunicação integrada e consistente, potencializando a organização frente às tendências (Silva, 2008).

Neste mesmo entendimento, Dantas e Medeiros (2015) sustentam que a auditoria independente é um mecanismo primordial para o funcionamento do mercado financeiro e de capitais, aumento assim a confiança e a qualidade da informação utilizada pelos stakeholders.

Ao mesmo tempo em que a auditoria deve se isentar de conflitos de interesse, também aumenta as preocupações com a sua independência e objetividade, sendo assim, ela tem seu maior aproveitamento na medida em que os stakeholders crêem que o auditor é independente, e que, por tal comportamento, reportará toda e qualquer distorção encontrada na empresa auditada (Castro et al. 2015).

Dessa maneira, os auditores desenvolvem competências e aptidões em ofício a sua responsabilidade e idoneidade em relação à emissão de sua opinião sobre as informações obtidas a analisadas das organizações (Silva, 2008).

Para o Conselho Federal de Contabilidade Resolução 1.034 (2005, p. 04) a independência é entendida como “o estado no qual as obrigações ou os interesses da entidade de auditoria são, suficientemente, isentos dos interesses das entidades auditadas para permitir que os serviços sejam prestados com objetividade”. Ou seja, a independência do auditor está diretamente relacionada com a sua capacidade de atuar com integridade e ceticismo profissional (Dantas, Carvalho, Couto & Silva, 2016).

Tal discussão sobre independência “é particularmente relevante se for considerado o fato de que a empresa que divulga suas informações é quem contrata e remunera o auditor que examina tais informações” (Dantas et al. 2016, p. 03).

Estes conflitos são abordados por Múrcia e Borba (2007), Larcker e Richardson (2004) e Dantas, Carvalho, Couto e Silva (2016), conflitos de interesses entre o auditor e a empresa auditada pode influenciar no relatório de opinião do auditor, pois a dependência econômica entre auditor e cliente pode ser decorrente de quando uma fração significativa da



remuneração do auditor no qual advém de um mesmo cliente, podem assim influenciar no seu ceticismo.

Não obstante, na elaboração dos trabalhos de auditoria, são vários os fatores considerados para a realização do trabalho e consigo trazer toda a sua integridade, como dimensão, riscos, mecanismos de governança (Bringhenti, Degenhart e Cunha, 2016; Dantas et al., 2016). Tais fatores estão diretamente interligados com a remuneração apropriada ao auditor no mercado competitivo, no qual é cobrado um valor pré-determinado para uma oferta de serviço de mais alta qualidade. (Moraes, Pinheiro & Negrelli, 2014).

2.2 Honorários de Auditores Externos

Ao iniciar um serviço de auditoria, inicia-se também uma relação contratual com um cliente, isso gera um vínculo inevitável de dependência entre auditor e cliente (Gavira, Lopez, Garcia, 2008). Essa dependência é relacionada à remuneração que esse auditor irá receber para a realização do trabalho, contudo, a capacidade do auditor em seguir suas premissas de independência e idoneidade terá cada vez mais valor na medida em que os usuários das demonstrações contábeis confiam no seu trabalho e no seu julgamento (Castro et al., 2015).

É de suma importância salientar que os trabalhos de auditorias realizados vinculam-se a uma remuneração apropriada, não obstante a interdependência de interesses e benefícios econômicos por ela proporcionados (Kaveski & Cunha, 2016).

A competência técnica, quase sempre medida pelo grau de especialização, gerenciamento de riscos, tamanho do cliente, condicionamento de Big Four, tempo de auditoria contratado, estrutura organizacional e serviços de não auditoria são fatores que influenciam na qualidade da auditoria bem como nos honorários pagos por ela (Santana et al., 2014; Dantas et al., 2016). Contudo, deve ser observada a prestação de outros serviços que não a de auditoria pelos próprios auditores independentes. Estes serviços, fornecidos pela firma de auditoria pode prejudicar a independência do trabalho de auditoria, ocasionado assim ambigüidade em ambos os trabalhos, bem como uma desvalorização de remuneração (Almeida, 2011).

Para Castro et al. (2015, p. 262) “A fixação dos honorários é um assunto delicado, no qual a ética profissional e o interesse da auditoria não permitem que os valores orçados sejam muito altos ou muito baixos”. Portanto, é de grande importância saber como são definidos os preços dos serviços de auditoria.

Segundo a Resolução CFC Nº 976/03 NBC P 1 IT-3, na estipulação dos honorários a serem cobrados, o auditor deve considerar alguns fatores, como: (i) relevância, complexidade e o custo do serviço a executar; (ii) o número de horas estimado para a realização dos trabalhos; (iii) a peculiaridade do cliente; (iv) qualificação técnica da equipe de auditoria e (v) o lugar onde serão prestados os serviços, podendo ser incluído assim custo com viagens e estadias.

Nesse sentido Moore, Tetlock, Tanlu e Bazerman (2006) ressaltam três possíveis ameaças para a perda de credibilidade e consequentemente menores remuneração ao auditor: (i) contratação de auditores pela administração; (ii) o auditor tomar posição entre empresa e cliente e; (iii) prestação de serviços adicionais.

A fixação de honorário então é um tema delicado, no qual ética profissional, interesses particulares e da firma de auditoria não podem se mesclar (Castro et al. 2015). Corroborando



com isso, há diversos fatores que influenciam e determinam os honorários de auditoria, fazendo assim, com que não se possua uma regra para a definição de honorários (Kaveski & Cunha, 2016).

Sendo assim, no mercado competitivo, o auditor encontra particularidades para afiação de um valor de honorário justo para seus serviços (Jaramillo, Benau & Grima, 2012).

Um dos elementos que geralmente é empregado para se explicar o nível de remuneração dos auditores está ligado ao tamanho da empresa que será auditada e isso tem correlação direta com o nível de trabalho exigido, tal argumento consiste, pois, clientes maiores exigem maiores esforços da firma de auditoria, assim, os honorários de auditoria que o cliente desembolsa aos auditores relacionam-se com o tamanho da organização e a qualidade na realização do serviço (Dantas et al., 2016).

Outra relação encontrada por Abbot, Parker, Peters e Raghunandan (2003) é quanto ao comitê de auditoria. Comitês formados por membros com mais expertise exigem maior garantia por parte de sua equipe de auditoria independente, com isso um maior número e procedimentos são realizados, encarecendo assim os honorários.

A condição de ser uma empresa de auditoria Big Four também é condição que influencia nos honorários. Dantas et al. (2016) argumentam que existe um efeito positivo para as maiores firmas de auditoria do mercado, ressaltando que há evidências de um prêmio pela maior qualidade dos serviços prestados em relação às concorrentes. Sendo assim, seria coerente destacar que uma auditoria realizada por umas das Big Four representaria uma maior qualidade em relação às demais e, por consequência, devido a sua reputação, grandes firmas de auditoria cobrariam um valor maior pelos seus trabalhos (Braunbeck, 2010).

Outros fatores ligados aos controles internos também podem influenciar na remuneração dos auditores, como os riscos ou o gerenciamento de riscos históricos e correntes das empresas, no qual são oriundas das fraquezas de controles internos. Esses riscos quando evidenciados encarecem os honorários de auditoria (Calderon, Wang & Klenotic, 2012).

Uma vez firmado um contrato de trabalho, são pré-estabelecidos parâmetros, como horas ou tempo de serviço, custos de deslocamento e viagem e o tempo de contrato de trabalho em si, esse também pode intervir nos honorários (Dantas et al., 2016). Contudo, Dantas e Medeiros (2015) sugerem que há uma dualidade que pode intervir nesse aspecto. Segundo os autores, nos anos iniciais do contrato não há compreensão total do risco do negócio, o auditor não conhece o seu cliente e com o passar do tempo, há uma redução do ceticismo por parte do auditor, o que pode comprometer a qualidade do seu trabalho.

A complexidade da auditoria, juntamente com os fatores citados acima, também compõem um fator influente para a composição dos honorários e ela está ligada à governança corporativa das organizações bem como maiores números de ativos. Isto sugere que existe uma maior dificuldade para a execução do trabalho, na medida em que demandarão de análises mais complexas e extensas (Martinez, Lessa & Moraes, 2014; Dantas et al. 2016).

Assimilar como são pagos os valores para os auditores, seja nos custos relacionados ao trabalho auditoria e aos possíveis serviços não relacionados a ela fazem parte da expertise do auditor ou firma de auditoria (Pierri Junior & Alberton, 2015).

Há também custos de serviços prestados pelas empresas de auditoria, os quais não estão ligados diretamente a com o serviço de auditoria, porém tem influência nos honorários dos mesmos, estes são chamados “honorários de não auditoria”. É exemplos de alguns



serviços como laudo de avaliações, assessoria contábil e tributária, revisão de controles internos. Esses custos são evidenciados no Formulário de Referência- RF, por um grupo seleto que investe em diversificação, mesmo não sendo um custo de auditoria propriamente dito, deve ser levado em consideração por muitas vezes apresentarem um valor expressivo no RF (Rosa et al., 2014).

2.3 Organizações Financeiras

As instituições financeiras surgiram nos primórdios do século XV decorrentes das grandes navegações e de fortalecimento econômico das famílias, no qual se associaram para resguardar seus ganhos e também com propósito de financiamento, gerando assim lucro por meio de juros (Sousa, Lanzarin, Meirelles Neto, Soares & Pfitscher, 2012).

O setor bancário então é responsável pela intermediação entre os que dispõem de recursos financeiros e os que precisam desse recurso para operacionalizar os seus projetos, estabelecendo assim o compromisso do sistema financeiro no crescimento econômico do país (Sousa et al., 2012).

Dentro deste contexto, devido às organizações financeiras promoverem a economia, as mesmas possuem órgão reguladores, no qual promovem a melhores praticas e o fortalecimento do sistema bancário, são eles: Comitê da Basileia sobre Supervisão Bancária (Basel Commite on Banking Supervision – BCBS), Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Bando Mundial (BM) e em nível nacional: Conselho Monetário Nacional (CMV), Banco Central (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (Torres & Galdi, 2013; Carneiro et al., 2016).

Conforme a Lei nº 4.595/64 é considerada organizações financeiras as pessoas de jurídicas públicas ou privadas no qual sua atividade substancial é a intermediação ou aplicação se recursos próprio ou de terceiros, bem como a custódia de valor em propriedade de terceiros, em moeda corrente ou estrangeira.

Com isso, as organizações financeiras são classificadas conforme sua finalidade e função, que podem ser elas: bancos comerciais, caixa econômicas, bancos cooperativos, cooperativas de crédito, bancos de desenvolvimento, bancos de investimentos, sociedade de crédito, financiamento e investimentos financeiros, sociedade de créditos ao microempreendedor, sociedades corretoras de mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos de títulos e valores mobiliários, sociedade de arrendamento mercantil (Leasing), associações de poupança e empréstimos e bancos múltiplos (Fotuna, 2003).

Segundo Carneiro et al. (2016) a existência do mercado financeiro é imprescindível para o bom funcionamento do mercado econômico, com isso, há alguns instrumentos financeiros utilizados para assegurar que as transações realizadas sejam seguras e transparentes. Perante as diversas particularidades das organizações financeiras, a confiança e a credibilidade das informações contábeis são extremamente importantes, confiando assim tal incumbência aos auditores, no qual a atestam (Dantas et al., 2014).

Modenesi (2007) em seus estudos destaca que as instituições financeiras reúnem os poupadores e investidores, ou seja, faz a intermediação entre oferta e demanda de serviços financeiros, proporcionando a realização de investimentos na economia capitalista, sendo essa de origem passiva, quando recebe recurso com obrigação de devolução futura acrescida de



rendimentos ou ainda como sujeito ativo, agindo na liberação de empréstimos, tendo assim direito de reembolso, esse também acrescido de juros (taxa de risco).

Abordando assim especificamente da solidez do sistema financeiro das instituições, auditorias de auto padrão realizadas nestas organizações, mediante as normas éticas e padrões meticulosamente aceitos são primordiais para a adoção das corretas normas contábeis e assegurar assim que as demonstrações financeiras sejam úteis e transparentes, para que as informações financeiras nesses demonstrativos contidos atestem confiança e propriedade (Dantas, et al., 2012).

2.4 Estudos Anteriores

O estudo de Castro et al. (2015) investigou os determinantes para a formação dos honorários de auditoria para as empresas brasileiras listadas da BM&FBovespa. Pesquisa em tal campo é rudimentar no país, conforme citam os autores, sendo a única pesquisa datada, realizada em 2012 por Halk e Silva, contribuindo assim por Castro et al. (2015) pela análise de determinantes em outra data de referência e inserindo novas variáveis. Com resultados que corroboram com o estudo de Halk e Silva, citados pelo autor, os honorários de auditoria se relacionam com o tamanho da empresa auditada, complexidade do cliente, nível de governança corporativa que a mesma se encontra e a empresa de auditoria ser umas das Big Four.

Kaveski e Cunha (2016) analisaram os fatores que tem influência na determinação dos honorários de auditoria externa de empresas listas no segmento de Novo Mercado da BM&FBovespa. Esta lista compreendeu 127 empresas listadas no ano de 2010 e 128 em 2011, sendo a amostra considerada com 83 empresas, foram desconsideradas as companhias no qual os dados não estavam disponíveis nos formulários de referência da BM&FBovespa e na Thomson One Banker bem como as empresas classificadas no setor econômico e financeiro, tais dados coletados foram analisados por meio do software estatístico STATA, usando variáveis como tamanho da empresa, rentabilidade da empresa (lucro líquido/ativo total), Market-to-Book e alavancagem (passivo total/ativo total). Os autores concluíram que a remuneração dos auditores é relacionada com o tamanho da empresa auditada, com a empresa de auditoria ser uma das Big Four e adoção de melhores práticas de governança corporativa por parte dos clientes.

Bringenti et al. (2016), assim como Kaveski e Cunha, também estudaram os fatores que influenciam nos honorários de auditoria das empresas listadas na BM&FBovespa excluindo também instituições financeiras, com uma amostra então de 259 empresas. Os dados foram coletados na base de dados Economática e BM&FBovespa e compilados por meio do software SPSS. Com resultados bem semelhantes a dos pesquisadores anteriores, o resultado desta pesquisa teve como resultado que os serviços de não auditoria, tamanho da empresa auditada e sua complexidade, existência de uma firma de auditoria bem como a empresa de auditoria fazer parte do grupo das Big Four constituem as variáveis que influenciam na formação dos honorários.

No mesmo segmento de pesquisa, Dantas et al. (2016), estudaram o mercado de capitais brasileiro, analisando 339 companhias de capital aberto, também não financeiras listadas da BM&FBovespa, considerando os períodos de 2009 a 2013. O estudo realizado demonstra que os resultados obtidos são similares aos estudos anteriormente citados.



É inexistente o estudo que traga a relação ou os fatores influentes na determinação dos honorários de auditoria em organizações financeiras. Todos os estudos até aqui mencionados excluem as empresas deste segmento.

3 Procedimentos Metodológicos

Com o propósito de identificar os fatores influentes nos honorários de auditoria em organizações financeiras, realizou-se a análise descritiva quanto ao seu objetivo, por meio de uma pesquisa documental e abordagem qualitativa e quantitativa.

Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem foco descrever as características de determinado fenômeno ou população, estabelecendo relações entre variáveis, completa Cervo e Bervian (2002) que a mesma visa descobrir a regularidade com que determinado evento ocorre bem como sua conexão com outros de mesma natureza, sendo essa, não podendo ser manipulada pelo pesquisador. Assim, Beuren e Raupp (p. 81, 2005) citam os estudos de Trivinos de 1987 no qual os mesmos enunciam que “o estudo descritivo exige do pesquisador uma delimitação precisa de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados, cujo objetivo é conferir validade científica a pesquisa”.

Quanto aos seus procedimentos, a presente pesquisa qualifica-se como documental, que segundo Gil (2008) a pesquisa documental se baseia em materiais que não receberam nenhum tratamento ou modificação, podem assim serem reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa proposta.

No que se refere à abordagem, este se constitui como quantitativo e qualitativo. Para Beuren e Raupp (2005) a característica quantitativa é caracterizada pelo uso de instrumentos estatísticos, bem como pela preocupação com o comportamento geral dos acontecimentos pesquisados, garantindo assim, a precisão dos resultados com amostras representativas da população, buscando a relação entre as variáveis com a causalidade dos fatos e construindo um retrato de toda população alvo, centradas na objetividade.

Já em relação à pesquisa qualitativa, segundo Beuren e Raupp (2005) e Cervo e Bervian (2002), ela é idealizada com análises mais profundas, visando destacar as características não observadas no estudo quantitativo, sendo assim, o estudo qualitativo visa à compreensão e explicação das relações analisando os dados indutivamente.

Os dados foram coletados do banco de dados do Formulário de Referência da BM&FBovespa para as variáveis Remuneração de Auditoria e Remuneração de Não Auditoria, Governança Corporativa e Empresa de Auditoria (Big Four) e para as demais, no banco de dados Economatica®, dados esses com período de 2016. Quanto aos métodos utilizados para os procedimentos da análise dos dados, foram empregados o teste KS (Kolmogorov-Smirnov), regressão e correlação.

A população a ser estudada é composta por 109 organizações financeiras do período de 2016 listadas na Economatica®, devido a uma boa parte dessas organizações não apresentaram informações suficientes para a análise, foi selecionado para fim de amostra, apenas as organizações financeiras que possuíam todas as informações disponíveis no banco de dados, totalizando assim uma amostra de 30 organizações financeiras.

As variáveis foram definidas mediante revisão de estudos anteriores no qual abrangem a discussão em questão em outros segmentos de pesquisa, demonstradas no Tabela 1.



Tabela 1: Variáveis utilizadas no estudo

Variável	Descrição	Coleta
RemAudit	Valor pago de honorários de Auditoria	Formulário de Referência Item 2.1 e 2.2
RemNaudit	Valor pago de não honorários de Auditoria	Formulário de Referência Item 2.1 e 2.2
NomeAudit	Empresa de Auditoria	Formulário de Referência Item 2.1 e 2.2
GovCorp	Nível de Governança Corporativa	Formulário de Referência Item 2.1 e 2.2
Ativo	Valor do Ativo	Economatica ®
Vmercado	Valor de Mercado	Economatica ®
PVPA	Preço da Ação	Economatica ®
VPA	Valor Patrimonial da Ação	Economatica ®
PL	Patrimônio Líquido	Economatica ®
ROA	Retorno sobre Ativo	Economatica ®
CXGER	Caixa Operacional	Economatica ®
LIQCOR	Liquidez Corrente	Economatica ®

Fonte: Elaborado pelo autor.

As variáveis foram comparadas e analisadas utilizando estatística descritiva e análise de regressão múltipla, bem como correlação entre as variáveis, conforme apresentado na análise dos resultados.

4 Análise e Interpretação dos Dados

Neste tópico, serão apresentados os resultados da pesquisa, com intuito de responder o escopo do estudo que se caracteriza em saber quais os fatores que influenciam nos honorários de auditoria pagos as organizações financeiras. A estatística descritiva das variáveis utilizadas no estudo é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2: Estatística Descritiva

	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
RemAudit	30	5363841,37	14050891,71	95000	69570000
RemNaudi	30	0,13	0,346	0	1
NomeAudit	30	0,93	0,254	0	1
GovCorp	30	0,47	0,507	0	1
Ativo	30	172979881,6	415519963,4	54811	1425638779
VMercado	28	24551142,64	52586107,24	99763	207453002
PVPA	30	1,48	1,7397	0,3	6,8
VPA	30	15,96	14,962	0,913856214	66,1
PL	30	14941838,87	31405578,73	48192	115590426
ROA	30	3,113	8,5469	-24,2	32
CXGER	30	8611341,13	21550651,34	-286032	90287558
LIQCOR	30	5,11	19,29	0,7	107

Fonte: Dados da Pesquisa

Levando em contas todas as variáveis utilizadas, podemos observar que a média dos valores recebidos, ou seja, a remuneração de auditoria em organizações financeiras é de R\$ 5.363.841,37, tendo como valor mínimo R\$ 95.000,00 e valor máximo recebido por umas das organizações de R\$ 69.570.000. As variáveis, Valor de Mercado e ROA (Retorno sobre



Ativo) também demonstram valores interessantes, enquanto o Valor de Mercado possui média chegando à casa dos milhões de reais (24.551.142,64 de média) o valor mínimo encontrado para uma organização financeira não passa dos noventa e nove mil reais (99.763,00), constatando assim que, mesmo o ramo financeiro sendo relativamente pequeno, as organizações financeira tem seu valor de mercado bem distinto. O mesmo ocorre com o ROA, com valores entre -24,2 a 32 positivos, isto é, algumas empresas respondem positivamente e outras negativamente aos seus investimentos. Com relação à Empresa de Auditoria, 93% das organizações financeiras utilizam serviços de uma das empresas Big Four.

Já com relação aos PVA e PVPA das organizações em questão pode-se analisar que mesmo elas sendo do mesmo ramo, o financeiro, as suas ações possuem valores bem distintos, com VPA não chegando a R\$1,00 para algumas ações e para outras empresas com valores acima de R\$ 60,00 – valores esse calculados sobre o Patrimônio Líquido, o que explica a diferenciação dos valores, pois seus valores divergem de mil a milhões de reais – e o mesmo ocorre com o PVPA, com cotação mínima de 0,3, indicando assim que há problemas financeiros em algumas organizações e outras, no entanto com a sobrevalorização das ações com PVPA de 6,8, porém, analisando de forma ampla, as organizações financeiras estudadas nesta amostra estão com valor médio de da ação em R\$ 15,96, as negociando com valor maior em 48%.

Para a realização da análise de regressão múltipla, foram realizados alguns testes quanto à normalidade de multicolinearidade dos dados. Para verificar a normalidade dos dados, foi realizado o teste KS de uma amostra, que sugere a aplicação de testes paramétricos de análise de dados.

O teste de multicolinearidade entre as variáveis independentes busca verificar se as variáveis independentes da amostra apontam características de correlação entre si. Segundo Fávero, Belfiore, Silva e Chan (2009), é recomendado que os resultados do teste VIF não fossem superiores a 10 e não devem ser superior a 15 na realização da análise dos dados. Os resultados do teste são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Teste VIF das variáveis

Váriavel	Teste 1	Teste 2	Teste 3
(Constante)			0,948
RemNaudi	2,988	2,953	0,634
NomeAudit	1,442	1,423	0,902
GovCorp	1,459	1,253	0,704
Ativo	119,112	23,158	0,363
VMercado	61,503	26,305	0,001
PVPA	3,425	3,082	0,327
VPA	1,523	1,516	0,804
PL	204,587*		
ROA	3,332	3,332	0,717
CXGER	57,365	55,508*	
LIQCOR	1,223	1,196	0,368

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme os resultados do teste VIF, foram realizados três testes, sendo que em cada um deles era excluída a variável com maior coeficiente VIF. Assim, no final do terceiro teste,



restaram 10 variáveis, todas com coeficiente dentro do limite. As variáveis: Patrimônio Líquido (PL) e Caixa Operacional (CXGER) foram excluídas.

Na Tabela 4 são apresentados os dados de significância do modelo de regressão analisado.

Tabela 4: Estatísticas do modelo de regressão

R ²	R ² Ajustado	F Teste	Sig.	Durbin-Watson	Observações
0,861	0,792	12,401	0	1,884	30

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com a Tabela 4, verifica-se que o modelo apresentou poder de explicação de 79,2% da ocorrência dos fatos, conforme o R² ajustado aos erros da amostra. O modelo apresentou Durbin-Watson de 1,884, tal teste leva em consideração que quanto mais perto de 2, melhor.

Conforme os dados apresentados, o modelo apresenta-se significativo em nível de 5%, a partir da significância do modelo, passamos a analisar a significância e o coeficiente das variáveis analisadas, apresentados na Tabela 5.

Tabela 5: Coeficientes e significância das variáveis independentes

Variável	Coeficiente (B)	Sig	VIF
Constante	-446503,355	0,948	
RemNaudi	-2925710,233	0,634	2,852
NomeAudit	720351,153	0,902	1,42
GovCorp	1080218,65	0,704	1,253
Ativo	-0,008	0,363	7,593
VMercado	0,33	0,001	11,35
PVPA	-1230406,019	0,327	2,941
VPA	25655,928	0,804	1,503
ROA	-96492,794	0,717	3,295
LIQCOR	63725,103	0,368	1,168

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com o modelo analisado, a variável valor de mercado da companhia teve relação significativa, em nível de 5%, com coeficiente positivo, sendo que a cada 1,00 que aumenta o valor de mercado das organizações financeiras, a remuneração de auditoria tende a ter um aumento de 0,33.

Já as demais variáveis não apresentam significância estatística capaz de provar qual a relação das variáveis analisadas com o valor pago em relação dos serviços de auditoria. O que é importante destacar, é que a variável Big Four apresenta relação positiva com a remuneração de auditoria, o mesmo sinal que o valor patrimonial das ações, bem como empresas com níveis mais altos de governança corporativa e empresas que apresentam níveis mais altos de liquidez.

Já as variáveis de Rentabilidade dos Ativos, Preço/Valor Patrimonial da ação, a Remuneração de Serviços Não Auditoria e o Valor dos Ativos apresentaram relação negativa com a variável, o que significa que quanto maior o valor das variáveis, menor tende a serem os valores pagos pelos serviços de Auditoria.

Na Tabela 6 e 7 são apresentadas as correlações das variáveis analisadas.



Tabela 6: Correlação entre as variáveis

		RemAudit	RemNaudi	NomeAudit	GovCorp	Ativo	VMercado
Rem Audit	Correlação de Pearson	1	,704**	0,092	0,292	0,911	,823**
	Sig. (2 extremidades)		0	0,629	0,117	0	0
	N	30	30	30	30	30	30

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Tabela 6 é apresentada a correlação das variáveis em relação à remuneração de auditoria. A variável Remuneração de serviços de Não Auditoria apresentou correlação positiva significativa moderada, o que demonstra que conforme sobem os montantes da remuneração de Auditoria, também sobe de forma moderada a remuneração de não auditoria.

Já o Valor de Mercado apresentou correção significativa positiva forte em relação ao valor dos serviços de Auditoria, indicando assim que, quanto maior for o valor de mercado da organização financeira, maior será a remuneração de Auditoria.

Tabela 7: Correlação entre as variáveis

		PVPA	VPA	PL	ROA	CXGER	LIQCOR
Rem Audit	Correlação de Pearson	,030**	0,035	0,871	-,066**	,927**	-,053
	Sig. (2 extremidades)	0,877	0,854	0	0,728	0	0,78
	N	30	30	30	30	30	30

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Tabela 7 a análise de correlação apresenta a variável Preço da Ação que apresenta correlação significativa porem é fraca, já a variável Caixa Operacional apresentou uma variação positiva forte e da mesma forma que o Valor de Mercado, quanto maior for o Caixa Operacional da organização financeira, maior também será o valor da remuneração da Auditoria.

Contudo, a variável ROA (Rentabilidade do Ativo) apontou uma relação significativa negativa, isso nos mostra que essa variável quando analisada junto com a remuneração de Auditoria as mesmas são significativamente opostas, quando uma esta alta a outra tende a estar baixa, ou seja, quando maior for a ROA menor será a remuneração de auditoria, caminhando assim juntas porem em direções distintas.

Com isso, verifica-se que as variáveis que estão em desencontro com os resultados de estudos realizados com organizações não financeiros, com o Nome de Auditoria (Big Four), que apresentou uma correlação quase nula em relação à variável dependente estudada remuneração de auditoria, isso demonstra que, no setor financeiro, a empresa de auditoria contratada sendo uma das Big Four ou não, não tem relação com o valor de honorários pagos. Nesta mesma linha de raciocínio, está a variável Nível de Governança, que, da mesma forma como a variável Big Four, não se correlaciona com a remuneração de auditoria de organizações financeiras, opondo-se assim aos estudos correlatos.

5 Considerações Finais

O estudo teve como finalidade identificar quais os fatores que influenciam na determinação de honorários de auditoria externa em organizações financeiras. Os resultados alcançados apontam que os honorários de auditoria se relacionam com maior expressividade e significância com o Valor de Mercado das organizações financeiras. Isso quer dizer que,



quanto maior o valor de mercado das organizações, maior também será o valor cobrado pelos auditores independentes por seus trabalhos. Esta variável foi a única que obteve um coeficiente positivo para significância.

As variáveis: Nome de Auditoria (Big Four) e Nível de Governança Corporativa, Valor Patrimonial das ações e ROA também podem explicar a remuneração de auditoria de forma conjuntamente com as demais variáveis, porém, mesmo apresentando bons números de significância, elas por si só não explicam ou não podem ser relacionadas como fatores que influencia na remuneração, até porque quando analisadas de forma correlacionadas individualmente, elas não apresentam correlação com a remuneração, exceto, no entanto o ROA que apresentou correlação negativa, indicando assim uma afinidade de maneira oposta, ou seja, quando aumenta o valor da remuneração de auditoria, o ROA tende a baixar.

O estudo também aponta que há uma disparidade entre as diferentes organizações financeiras, pois valores de mínimos e máximos em determinadas variáveis são muitos opostos, podendo assim ter mínimos negativos e máximos com valores altos. Isto indica que o mercado das organizações financeiras, possui empresas com estabilidade, outras em ascensão e supervalorização e outras ainda em declínio financeiro. Tal acontecimento fica bem visível com os valores mínimos e máximos de PVPA e ROA e também com o próprio Valor de Mercado.

A relevância deste estudo está baseada na escassa ou nula pesquisa nesse setor da economia, mesmo sendo este, conforme já mencionado por Carneiro et al. (2016) imprescindível para o funcionamento do mercado econômico. Bem como também pela auditoria proporcionar a confiabilidade das demonstrações financeiras dando-lhes credibilidade perante os stakeholders, com isso evitando que escândalos como o do Banco Panamericano e da empresa americana Enron voltem a acontecer.

De qualquer forma, ainda a muito que ser estudado, pois sendo este um estudo pioneiro, abre-se um leque de possibilidades, podendo assim novos estudos envolverem novas variáveis para determinação dos fatores de influência na remuneração de auditoria, maior amostra e com organizações internacionais para comparativo com os resultados obtidos com as organizações brasileiras.

Referências

Abbott, L. J., Parker, S., Peters, G. F., & Raghunandan, K. (2003). The association between audit committee characteristics and audit fees. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, 22(2), 17-32.

Almeida, F. L. (2011). *Prestação de serviços de consultoria por auditores independentes: há reflexos no gerenciamento de resultados em empresas brasileiras de capital aberto?* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Beuren, I. M., & Raupp, F. M. (2005). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.



Brasil, Lei Nº 4.595, de 31 de Dezembro de 1964. *Lei da Reforma Bancária*. Diário oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm

Braunbeck, G. O. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil*. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, administração e Contabilidade – FEA USP, São Paulo, SP, Brasil.

BRIGUENTI, J. ; DEGENHART, L. ; CUNHA, P. R. (2016). Fatores influentes nos honorários de auditoria: Análise das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. *Pensar Contábil*. 18. 16-27.

Calderon, T. G., Wang, L., & Klenotic, T. (2012). Past control risk and current audit fees. *Managerial Auditing Journal*, 27(7), 693-708.

Carneiro, M., Salgado Junior, A. P., & Macoris, L. S. (2016). Avaliação da Eficiência Bancária por Meio da Abordagem de Intermediação: uma Análise Comparativa de Instituições Financeiras Brasileiras. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, 22(3), 56-79.

Castro, W. B. L., Peleias, I. R., & Silva, G. P. (2015). Determinantes dos Honorários de Auditoria: um Estudo nas Empresas Listadas na BM&FBOVESPA, Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 26(69), 261-273.

Cervo, A. L., & Bervian, P. A. (2002). *Metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Prentice .Hall.

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). *Resolução 1.034*, de 2005. Aprova a NBC P 1.2- Independência. Disponível em www.cfc.org.br. Acesso em 02/05/2017

Dantas, J. A., & Medeiros, O. R. (2015). Determinantes de Qualidade de Auditoria Independente em Bancos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), 43-56.

Dantas, J. A., Carvalho, P. R. M., Couto, B. A., & Silva, T. N. (2016). Determinantes da remuneração dos auditores independentes no mercado de capitais brasileiro. *Revista Universo Contábil*, 12(4), 68-85.

Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. L., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: Modelagem Multivariada para Tomada de Decisões*. Rio de Janeiro.

Fortuna, E. (2003). *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 12. ed. Rio de Janeiro.

Gavira, R. L., Lopez, J. A. P., & Garcia, J. E. R. (2008). Publicação de honorários de empresas de auditoria da Espanha: Uma análise empírica. *Estudios Gerenciales*, 24(108).

GIL, A. C. (2008). *Metodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.



Ito, E. Y. H., Niyama, J. K., & Mendes, P. C. M. (2008). Controle de qualidade dos serviços de auditoria independente: um estudo comparativo entre as normas brasileiras e as normas internacionais. *Revista UnB Contábil*, 11(1-2), 312-328.

Jaramillo, M. J., Benau, M. A. G., & Grima, A. Z. (2012). Factores que determinan los honorarios de auditoría: Análisis empírico para México. *Revista Venezolana de Gerencia*, 17(59), 387 – 406. Disponível em:: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29024166002>

Kaveski, I. D. S., & Cunha, P. R. (2016). Fatores Determinantes dos Honorários da Auditoria das Empresas Listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 19(1), 49-63.

Larcker, D. F., & Richardson. S. A. (2004). Fees paid to audit firms, accrual choices, and corporate governance. *Journal of Accounting Research* 42 (3), 625-658.

MAMBRINI, A; BEUREN, I. M.; COLAUTO, R. D. (2002). A controladoria como unidade administrativa de suporte ao processo de gestão na perspectiva da gestão econômica. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná*. 27(133) 41-50.

Martinez, A. L., Lessa, R. C., & Moraes, A. de J. (2014). Remuneração dos auditores perante a agressividade tributária e governança corporativa no Brasil. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 6(3), pp. 8–18.

Modenesi, A. M. (2007). *Teoria da intermediação financeira, o modelo ECD e sua aplicação aos bancos: o caso brasileiro*. In: Paula, L.F. e Oreiro, J.L.C.. (Org.). *Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro*. Rio De Janeiro: Campus-Elsevier. 61-99.

Moore, D. A., Tetlock P. E., Tanlu, L., & Bazerman, M. H. (2006). Conflicts of Interest and the Case of Auditor Independence: Moral Seduction and Strategic Issue Cycling. *Academy of Management Review*, 31(1).

Moraes, A. J., Pinheiro, E. J., & Negrelli, A. R. (2014). Determinantes de custos de auditoria – non audit fee. *Cuad. Contab.* Bogotá, Colombia, 15(39), 883-895.

Múrcia, F. D., & Borba, J. A.. Estrutura para detecção do risco de fraude nas demonstrações contábeis: mapeando o ambiente fraudulento. *Brazilian Business Review*, 4(3), 171-190.

Pierri Junior, M. A., & Alberton, L. (2015). Custo dos serviços de auditoria das empresas listadas na BM&FBOVESPA no sub-setor de tecidos, vestuário e calçados. *Anais. 6º Congresso UFSC de Contabilidade e Finanças*.

Resolução CFC Nº 976/03- Aprova a *NBC P 1 – IT 3 – Regulamentação do item 1.4 – Honorários*, da *NBC P 1 – Normas Profissionais do Auditor Independente*. PUBLICADA NO DOU DE 25/3/2014, SEÇÃO 1.



Rosa, C. A., Guzzo, E. J., Borba, J. A., & Borget, A. (2014). Custos dos serviços de não-auditoria (SND) das maiores empresas brasileiras. *Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC*, 13(38), 23-36.

Santana, A. G., Bezerra, F. A., Teixeira, S. A., & Cunha, P. R. (2014). Auditoria independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações contábeis: estudo comparativo entre empresas brasileiras auditadas pelas big four e não big four. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, 19(3), 70-87.

Silva, A. L. (2008). *Auditoria um recurso social*. IV congresso nacional de excelência em gestão de Responsabilidade Socioambiental das Organizações Brasileiras. Niterói, RJ, Brasil.

Sousa, G. R., Lanzarin, J., Meirelles Neto, J., Soares, S. V., & Pfitscher, E. D. (2012). Balanço Social: um estudo comparativo de duas instituições bancárias brasileiras. *Rev. FAE*, 15(1), 116-133.

Torres, M. C., Galdi, F. C. (2013). Análise da aderência do disclosure da gestão de riscos pelas instituições financeiras à circular Bacen 3.477. *Revista Contemporânea de Contabilidade*. 10(21), 137-158.